

REENERGISA GERAÇÃO
FOTOVOLTAICA IV S/A

RESULTADOS
2025

 reenergisa

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA IV S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024.

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

Cataguases, 26 de março de 2026

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	6.123	3.080
Clientes	5	33	71
Tributos a recuperar	6	13	9
Outros créditos		921	635
Total do circulante		7.090	3.795
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	105	16
		105	16
Imobilizado	7	19.865	20.642
Intangível	8	318	332
Total do não circulante		20.288	20.990
Total do ativo		27.378	24.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	212	216
Arrendamentos operacionais	10	22	42
Impostos e contribuições sociais	11	279	89
Dividendos a pagar		569	-
Outros passivos		63	51
Total do circulante		1.145	398
Não circulante			
Arrendamentos operacionais	10	321	303
Provisão para desmobilização		1.059	1.059
Total do não circulante		1.380	1.362
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	21.726	21.271
Reserva de lucros	13.2	185	65
Reserva especial de dividendos	13.3	1.234	1.234
Dividendos adicionais propostos	13.4	1.708	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	455
Total do patrimônio líquido		24.853	23.025
Total do passivo e patrimônio líquido		27.378	24.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA IV S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	3.379	2.947
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	15	(840)	(1.027)
Lucro bruto		2.539	1.920
Despesas gerais e administrativas	15	(2)	(35)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.537	1.885
Receitas financeiras	16	493	61
Despesas financeiras	16	(49)	(18)
Despesas financeiras líquidas	16	444	43
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.981	1.928
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(584)	(263)
Lucro (prejuízo) do exercício		2.397	1.665
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	18	0,40	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	18	2.397	1.665
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		2.397	1.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva Especial de dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Reserva legal						
Saldos em 01 de janeiro de 2024		20.374	-	-	-	(366)	897	20.905
Aumento de capital com AFAC conforme AGE de 24/04/2024	13.1	897	-	-	-	-	(897)	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.665	-	1.665
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	13.2	-	65	-	-	(65)	-	-
Reserva especial de dividendos	13.3	-	-	-	1.234	(1.234)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	-	-	455	455
Saldos em 31 de dezembro de 2024		21.271	65	-	1.234	-	455	23.025
Aumento de capital com AFAC conforme AGE de 24/04/2025	13.1	455	-	-	-	-	(455)	-
Lucro do exercício	18	-	-	-	-	2.397	-	2.397
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	13.2	-	120	-	-	(120)	-	-
Dividendos	13.4	-	-	-	-	(569)	-	(569)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	1.708	-	(1.708)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		21.726	185	1.708	1.234	-	-	24.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

		2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	14	3.507	3.058
		3.507	3.058
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros	15	(13)	(2)
Outros custos operacionais		(29)	(15)
		(42)	(17)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	15	(789)	(1.021)
		2.676	2.020
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	493	61
		493	61
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		712	375
Estaduais		13	2
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	49	18
Aluguéis		(2)	21
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		2.277	
Lucros retidos / Prejuízos acumulados	18	120	1.665
		3.169	2.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	2.397	1.665
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	584	263
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias - líquidas	(399)	(22)
Depreciação e amortização	789	1.021
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	(8)	(18)
Tributos a recuperar	(93)	(12)
Outros créditos	(286)	(20)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(4)	3
Tributos e contribuições sociais	(394)	(278)
Provisão para desmobilização de usinas	-	1.059
Outras contas a pagar	12	8
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	2.598	3.669
Atividades de investimentos		
Aplicações financeiras e recursos vinculados	491	61
Aplicações no imobilizado e intangível	2	(1.487)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	493	(1.426)
Atividades de financiamento		
Pagamento arrendamento mercantil	(48)	(48)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	455
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(48)	407
Variação líquida do caixa	3.043	2.650
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	3.080	430
Caixa mais equivalentes de caixa finais	6.123	3.080
Variação líquida do caixa	3.043	2.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S.A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica IV (“Reenergisa IV” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição da Companhia pela sua controladora Alsol.

Nos últimos anos, a Companhia intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação com o intuito de expandir sua cartela de clientes e maior atuação no mercado de energias renováveis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a) Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
- b) Clientes** – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;
- c) Tributos a Recuperar** - Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- d) Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado
- Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação acumulada.
- Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 7);
- Desmobilização dos ativos fotovoltaicos: considerando que as usinas possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.
- e) Arrendamento** – os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com

vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- f) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

- g) **Provisões** – são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;
- h) **Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato;

(iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

- i) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- j) **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
------------------------------------	---	-----------------------------

CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 87,0% (87,0% em 2024) do CDI.

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	8	56
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações Compromissadas ⁽¹⁾	6.115	3.024
Total caixa e equivalentes de caixa – circulante	6.123	3.080

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação, com base nas taxas vinculadas ao CDI.

5. Clientes

Descrição	2025	2024
Serviços não faturados ⁽¹⁾	-	38
Clientes – Vendas de serviços ⁽²⁾	33	33
Total – Circulante	33	71

(1) O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por provisão na competência referentes à prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas apurados na data do balanço. Os saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

(2) Refere-se a serviços de locação das usinas fotovoltaicas.

6. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽¹⁾	110	16
INSS a Recuperar	8	9
Total	118	25
Total - circulante	13	9
Total - não circulante	105	16

(1) Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2024	Adições	Depreciação	Saldos em 2025
Em Serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	771	-	-	771
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,09%	18.348	-	-	18.348
Total do imobilizado em serviço		19.119	-	-	19.119
Depreciação acumulada					
Edificações, obras civis e benfeitorias		(2)	-	(26)	(28)
Máquinas e equipamentos		(1.005)	-	(749)	(1.754)
Total Depreciação acumulada		(1.007)	-	(775)	(1.782)
Subtotal Imobilizado		18.112	-	(775)	17.337
Imobilizado em curso		2.530	(2)	-	2.528
Total do Imobilizado		20.642	(2)	(775)	19.865

Descrição	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
Em Serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	-	-	771	-	771
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,09%	-	-	18.348	-	18.348
Total do imobilizado em serviço		-	-	19.119	-	19.119
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	(1.005)	(1.005)
Total Depreciação acumulada		-	-	-	(1.007)	(1.007)
Subtotal Imobilizado		-	-	19.119	(1.007)	18.112
Imobilizado em curso		20.138	1.511	(19.119)	-	2.530
Total do Imobilizado		20.138	1.511	-	(1.007)	20.642

(1) Inclui R\$1.059 (R\$1.059 em 2024) deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

8. Intangível – Direito de Uso

Descrição	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso - Imóveis				
Custo:	4,03%	347	-	347
Amortização Acumulada		(15)	(14)	(29)
Total		332	(14)	318

Descrição	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adições	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso - Imóveis					
Custo:	4,03%	371	(24)	-	347
Amortização Acumulada		(1)	-	(14)	(15)
Total		370	(24)	(14)	332

9. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores de serviços	212	216
Total – Circulante	212	216

10. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

Descrição	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	345	-	(48)	46	343
Total			345	-	(48)	46	343
Circulante			42				22
Não circulante			303				321

Descrição	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	369	-	(48)	24	345
Total			369	-	(48)	24	345
Circulante			42				42
Não circulante			327				303

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

Descrição	2025
2027	14
2028	14
2029	14
2030	14
2031	14
Após 2031	251
Total	321

11. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Imposto sobre Serviços - ISS	51	51
Encargos Sociais	15	15
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	139	9
Contribuição social s/o lucro - CSLL	52	5
Contribuições ao PIS e a COFINS	17	4
Imposto e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	5	5
Total - circulante	279	89

12. Transações com partes relacionadas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

Descrição	Serviços prestados ⁽²⁾	Saldo a receber ⁽²⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	3.544	458	-
2025	3.544	458	-
2024	1.637	166	(455)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Serviço de geração distribuída

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$21.726 (R\$21.271 em 2024) e está representado por 6.168.346 (5.713.346 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$455, mediante a emissão de 455.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social de R\$21.271 para R\$21.726.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista ALSOL., mediante capitalização do valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

13.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.3 Reserva especial de dividendos

O montante da reserva especial de dividendos no exercício de 2025 é de R\$1.234 (R\$1.234 em 2024), se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

13.4 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

Descrição	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.397	1.665
Absorção de prejuízos	-	(366)
Reserva legal	(120)	(65)
Lucro líquido ajustado	2.277	1.234
Dividendos obrigatórios (25%)	569	309
. Reserva especial de dividendos – R\$0,2159374209 por ação ordinária	-	1.234
. Dividendos a pagar – R\$0,092273060 por ação ordinária	569	-
. Dividendos adicionais propostos – R\$0,276819178 por ação ordinária ⁽¹⁾	1.708	-
Total dos dividendos	2.277	1.234
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

14. Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	3.507	3.058
Deduções à receita operacional		
PIS	(23)	(20)
COFINS	(105)	(91)
Total das deduções à receita operacional	(128)	(111)
Receita operacional líquida	3.379	2.947

15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2025	2024
Material	13	-	13	-
Serviços de terceiros	-	-	-	2
Depreciação e amortização	775	14	789	1.021
Outras	52	(12)	40	39
Total	840	2	842	1.062

16. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	491	61
Outras receitas financeiras	2	-
Total receita financeira	493	61
Juros pagos	(3)	(2)
Despesas Bancárias	-	(1)
Ajuste a valor presente - AVP	(46)	(15)
Total despesa financeira	(49)	(18)
Despesas financeiras líquidas	444	43

17. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	IRJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita da prestação de serviços	3.507	3.507	2.435	2.435
Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	1.122	1.122	779	779
Receitas sobre aplicações financeiras	467	467	63	63
Outras receitas financeiras	2	2	-	-
Base de cálculo	469	469	63	63
Base de cálculo total	1.591	1.591	842	842
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(239)	(143)	(126)	(76)
Adicional IRPJ (10% superior da base R\$20 por mês)	(135)	-	(61)	-
Outros	(49)	(18)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(423)	(161)	(187)	(76)

18. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

Descrição	2025	2024
Lucro(prejuízo) do exercício	2.397	1.665
Média ponderada das ações	6.017	5.414
Lucro(prejuízo) básico por ação em Reais – R\$ ⁽¹⁾	0,40	0,31

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

19. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

20. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	2025	2024
Risco Operacional	06/10/2026	90.000	22	31
Total			22	31

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da companhia, é o que segue:

Descrição	2025	2024
Atividades de investimentos		
Aumento de capital	455	897

Diretoria Executiva

Guilherme Perdigão Nascimento

Diretor Presidente

Fernando Lima Costalonga

Diretor de Engenharia e Operações

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC/RJ nº 107.310/0-0